

Onomástica e possibilidades de releitura da história

Ricardo Tupiniquim Ramos
(UNEB)

Gleyce Ramos Bastos
(UNEB)

Resumo: A Onomástica é o campo das ciências lexicais ocupado do estudo do nome próprio. Dividida em dois ramos – a Toponímia (estudo do topônimo ou nome de lugar) e a Antroponímia (estudo do nome pessoal) –, trabalha em linha documental, a partir de dados oficiais (mapas e listas de nomes ou documentos outros, de valor historiográfico positivo), e lexicográfica, buscando não apenas a história da nomenclatura, mas relacioná-la a movimentos históricos e sociais mais amplos, de que é registro, como o fizeram Ramos (2008) e Bastos (2010), em relação a seus *corpora* toponímicos. Nesta comunicação, articulamos o resultado dessas pesquisas toponímicas e aventamos a possibilidade de pesquisas futuras, ora em fase de planejamento, revelarem novos olhares sobre a história a partir do estudo dos nomes próprios.

Palavras-chave: Onomástica; Toponímia; Antroponímia; História, Relações Interdisciplinares.

Abstract: *Onomastics is the camp of linguistic sciences occupied on the study of proper names. Divided into two camps – Toponymy (study of place names) and Anthroponomy (study of personal names) – it works on a lexical and documental line, from official data (maps and name lists or other positive historical documents), revealing not only the name history, but also it relation with larger social and historic movements, as Ramos (2008) and Bastos (2010) have done with their place name corpora. This paper articulates the results of those researches and treats about the possibility of future researches, now on planning, revealing new perspectives about history from the study of proper names.*

Keywords: *Onomastics; Place Names; Anthroponomy; History; Relations.*

Ricardo Tupiniquim Ramos *et al.*

Onomástica ou Onomasiologia é o ramo das ciências linguísticas ocupado do nome próprio. Sua origem remonta às primeiras especulações filosóficas sobre o nome e, no Ocidente, está intimamente ligada às tradições gramaticais greco-latinas, já que a distinção entre nome comum e próprio começa a ser elaborada por Dionísio de Trácia, primeiro gramático grego.

Contudo, um tratamento científico para esses temas só surgiu com o advento do Estruturalismo Linguístico, na virada dos séculos XIX e XX, época em que se privilegiou o enfoque da ciência dos signos, a semiótica ou semiologia, do qual a onomástica passou a ser considerada um capítulo.

Atualmente, a onomasiologia divide-se em dois campos: a Antroponímia – estudo dos nomes próprios atribuídos a seres humanos (do gr. *antropos*, ‘homem’) –, e a Toponímia – entendida, em seu sentido geral, como o estudo dos nomes próprios atribuídos a lugares (do gr. *topos*, ‘lugar’).

Embora definida como um campo das ciências da linguagem, a Onomástica se constrói a partir do suporte de outros campos do saber, tendo o que atualmente se chama caráter inter ou, ainda, transdisciplinar. Logo, o seu conhecimento se relaciona ao de outras áreas, sem confundir-se com eles, nem negá-los. Ela assume, assim, uma perspectiva capaz de integrar métodos e um número considerável de conhecimentos de campos muito diversos de maneira direta ou vertical e indireta ou horizontal, predominando, contudo, a perspectiva linguística, com valoração, em particular, da pesquisa etimológica.

Quanto a esses relacionamentos inter e transdisciplinares, o estudioso precisa manter uma atitude epistemológica claramente aberta, já que a disciplina vive de conceitos, dados e teorias

da história, geografia e da própria linguística e, vez por outra, recorre à epigrafia, arqueologia, arquivística, paleografia, etnografia, folclore, psicologia (social), topografia, botânica etc.

A despeito dessas relações, na prática, a pesquisa se desenvolve em três perspectivas (histórica, geográfica¹ e linguística), situadas em dimensões epistemológicas próprias e usuárias de aparatos metodológicos distintos, porém altamente interrelacionadas, interdependentes e condicionadas por limitações que lhes são inerentes e com as quais os estudiosos são obrigados a lidar. Quanto a isto, na prática, não há soluções absolutas.

As pesquisas onomásticas se desenvolvem em uma linha documental ou de campo e seguem um método pelo qual se seleciona, observa, registra, classifica, analisa e interpreta o dado de acordo com a identificação dos fatores determinantes à configuração do *corpus*. Corominas (1963, apud DONADA 200[?]) estabelece uma metodologia de análise dos dados baseada em uma diversificação de critérios que levam em conta aspectos relevantes para as três perspectivas (linguística, histórica e geográfica), anteriormente assinaladas:

- a determinação da área geográfica das diferentes línguas que tenham existido ou existentes num determinado território;
- o estudo das terminações características de cada palavra;
- o estudo das formas gramaticais;
- o estudo da fonética histórica;
- a verificação das formas documentadas;

1 Segundo Cavalcanti (1918, p. 173), “o auxílio prestado pelo linguista ao geógrafo é, neste particular, de incalculável valor, não só para fins didáticos, como ainda para a solução de pontos obscuros de distribuição geográfica na biogeografia, de questões etnográficas, históricas etc”.

Onomástica e possibilidades de releitura da história

- a verificação dos fonemas característicos;
 - a comparação semântica;
 - a abordagem dos dados geográficos;
 - a abordagem dos dados históricos.
- ou da linguagem toponímica” (DICK 1996, p. 33-34));
 - histórico (relação entre a origem do nome e a história local); ou
 - geográfico (análise de fenômenos como o deslocamento de um topônimo de uma região para outra ou o estabelecimento de áreas toponímicas locais e regionais).

Por sua vez, Dick (1996) estabelece a seguinte metodologia para a pesquisa toponomástica, aplicável, guardadas as devidas proporções, para a pesquisa antroponímica:

1) seleção de dados a partir de fontes primárias (cartas geográficas editadas por órgãos oficiais estaduais e municipais em escalas de 1:50.000 ou 1:100.000 ou listas toponímicas oficiais) e complementação a partir de fontes secundárias (trabalhos historiográficos da própria comunidade acerca do local onde vivem);

2) registro dos dados em fichas lexicográficas padronizadas, com a identificação dos nomes, do pesquisador e do revisor, fontes e data de coleta;

3) análise de dados, que inclui:

a) a quantificação dos nomes e das taxonomias, analisando a maior ou menor frequência de classes ou itens lexicais; e

b) o estudo dos nomes a partir de um enfoque:

- puramente linguístico (etimológico e estrutural);
- linguístico-histórico e variacionista (“a variação gráfica de formas regionais e sua contribuição para a fonética e para a pesquisa etimológica, bem como as superposições de grupos dialetais interferentes na padronização de substratos

No caso da pesquisa antroponímica, a natureza diferenciada dos dados impõe fontes primárias também diferenciadas, mas igualmente oficiais: a documentação de cartórios de registro civil ou de arquivos paroquianos de batistérios. É possível, também, utilizar listas telefônicas; contudo, essas fontes primárias específicas apenas fornecem uma dimensão sincrônica de dados, não se prestando a trabalhos relacionados à história da língua e da cultura e sociedade que a utilizam.

Em pesquisas toponímicas anteriores, demonstramos como o estudo do nome próprio pode revelar novas perspectivas sobre a história. Nesta comunicação, apresentaremos alguns desses novos olhares sobre a história de nosso Estado – a Bahia – e nosso município – Santa Maria da Vitória.

Assim, em relação à Bahia, os dados toponímico-históricos analisados em nossa tese de doutoramento (RAMOS, 2008) revelam que, entre os 417 atuais municípios baianos, seis têm nomes que correspondem a formas simples de procedência africana (Banzaê², Caculé, Candiba, Gandu, Gongoji, Maiquinique) e apenas um tem nome

2 Durante a pesquisa de que resultou a referida tese (Ramos, 2008) e mesmo em seu texto, pairou-nos a dúvida sobre a procedência linguística desta forma. Segundo algumas fontes historiográficas locais, Banzaê era sobrenome do primeiro morador da localidade, Zé Banzaê, a quem se atribui uma improvável origem iraniana e ao topônimo, portanto, uma falsa procedência persa. Na verdade, o nome tem procedência africana. Os motivos dessa dissimulação serão posteriormente esclarecidos.

Ricardo Tupiniquim Ramos *et al.*

luso-africano (Mulungu do Morro). Isto representa somente 1,44% do total, dado que surpreende pelo fato de ser a Bahia o Estado brasileiro de maior percentual de população afrodescendente e de maior influência cultural africana do país e de ser Salvador, sua capital, a metrópole de maior população negra ou afrodescendente fora da África.

Observando esse conjunto de topônimos, percebemos que:

a) todos procedem de línguas banto: ou do quimbundo (Banzaê, Caculé, Candiba e Gandu) ou do quicongo (Gongoji e Maiquinique);

b) há um equilíbrio entre o número de ergotopônimos (ambos quicongo) e o de zootopônimos³ (ambos quimbundo);

c) embora seja grande a distância entre os municípios nomeados por esses topônimos, exceto um, todos estão situados em regiões contíguas – o Litoral Sul (Gandu e Gongoji), a Serra Geral (Caculé e Candiba) e o Sudoeste (Maiquinique) –, o que talvez indique uma pequena área descontínua de influência africana;

d) um deles (Caculé) já existe em 1940; os demais, em 1970 e;

e) anteriormente a 1940, não há municípios baianos com nomes de origem africana, embora haja povoados, como demonstra o Quadro 1:

Quadro 1: Povoados baianos (hoje municípios) que, entre o início do século XIX e 1940, tinham nomes africanos, suas respectivas RE, categoria toponímica, procedência e atuais nomes:

RE	DATA	ANTIGO POVOADO/ TOPÔNIMO	CATEGORIA	ORIGEM	MUNICÍPIO ATUAL/ TOPÔNIMO
Nordeste	século 19	Mocambo	ecotopônimo	quimbundo	Olindina
Paraguaçu	1914	Feira do Berimbau	sociotopônimo	luso-africana	Conceição do Jacuípe
Litoral Sul	século 20	Água Preta do Mocambo	hidrotopônimo	luso-africana	Uruçuca
Litoral Sul	século 19	Burundanga	ergotopônimo	quicongo	Itabuna
Litoral Sul	século 19	Berimbau	ergotopônimo	quimbundo	Coaraci
Litoral Sul	século 20	Macacos	zootopônimo	luso-africana	Coaraci
Litoral Sul	1910	Macuco	ergotopônimo	quimbundo	Buerarema
Serra Geral	século 19	Mocambo	ecotopônimo	quimbundo	Candiba

3 Segundo a classificação toponímica de Dick (1990), ergotopônimos são topônimos que recuperam instrumentos criados pelo homem e zootopônimos os que recuperam elementos da fauna.

Onomástica e possibilidades de releitura da história

Esses dados também demonstram que, nessa época:

a) havia uma concentração de povoados com nomes de origem africana no Litoral Sul e na Serra Geral, regiões que, junto com o Sudoeste, concentram, hoje, descontinuamente, os municípios com topônimos dessa procedência;

b) se por um lado havia algumas bases lexicais recorrentes na formação dos topônimos de procedência africana (mocambo e berimbau), aparecendo em topônimos simples ou híbridos, por outro lado, havia bases com apenas uma ocorrência (burundanga, macaco, macuco);

c) todos os topônimos registrados pertencem a línguas do grupo banto;

d) ao se emanciparem, esses povoados tiveram trocados os nomes para formas tupis ou portuguesas (inclusive híbridas), havendo somente um caso de mudança para topônimo de mesma origem (Mocambo > Candiba).

Observa-se, ainda hoje, um número relativamente pequeno de povoados e vilas baianas com nomes de base africana em várias regiões do Estado. Algumas dessas bases são recorrentes (cacimba, mocambo, mulungu), outras têm apenas uma ocorrência (cabaço, cafundó, canché, maxixe, mozondó, quingó, xuque, etc.).

Cruzando esses dados com aspectos sócio-históricos discutidos, podemos interpretar a contribuição africana para a toponímia baiana nos seguintes termos:

1) os topônimos baianos de procedência africana, os atuais e os de sincronias pretéritas, originam-se de línguas do grupo banto, sobretudo o quicongo e o quimbundo, introduzidos no Brasil nos séculos XVII e XIX;

2) é do século XIX o advento do ciclo cacauero, responsável pela incorporação ao resto da Bahia do Litoral Sul, da Serra Geral e do Sudoeste, regiões que, com certa descontinuidade territorial, concentram, hoje, os municípios com nomes de origem africana, mas que, segundo demonstra o Quadro 1, também concentravam povoados com nomes dessa procedência, em geral trocados por formas tupis ou portuguesas quando de suas emancipações;

3) não havendo causa estrutural para a baixa incidência de nomes de procedência africana na Bahia, hoje e outrora, bem como para a mudança dos nomes de distritos, povoados e vilas ao se emanciparem, esses fenômenos – assim como a simulação da procedência persa da forma Banzaê –, só podem ser explicados por fatores sócio-históricos, o principal deles, ao nosso ver, o desprezo da sociedade em geral e, sobretudo, de seus dirigentes políticos – responsáveis, no final das contas, pela criação de novos municípios –, às bases culturais e linguísticas africanas para o Brasil e sua modalidade de língua “portuguesa”.

Por outro lado, nossa pesquisa sobre a nomenclatura dos logradouros públicos de Santa Maria da Vitória (Bastos, 2010) – centenário município do oeste baiano, situado às margens do rio Corrente, na bacia do São Francisco – revelou que:

1) com relação à estrutura morfológica, em sua maioria, os nomes são formas simples (corotopônimos) ou justapostas (antropotopônimos e axiotopônimos);

2) uma parcela significativa desses signos procedem da língua portuguesa;

3) a maioria desses nomes está distribuída em dois grupos, que representam arquétipos toponímicos: nomes descritivos e nomes de

Ricardo Tupiniquim Ramos *et al.*

homenagem a personalidades ilustres ou a integrantes do devocionário popular;

4) quanto a esses nomes comemorativos:

a) a existência de homenagens a ocupantes do poder político e religioso e por outro, a pessoas ilustres da sociedade local, nos faz perceber a forte influência que elas exerciam na vida e na identidade da população local;

b) em sua maioria, os homenageados são homens de destaque social, como coronéis, tenentes, capitães, majores, intendentes⁴ e conselheiros⁵;

c) são poucos os logradouros com nomes femininos (apenas seis), entre axiotopônimos e antropotopônimos, o que demonstra que, embora haja exceções⁶, a mulher ainda contribui pouco para a formação dos valores locais e não é reconhecida como força construtiva do poder local.

É notório que a preferência em nomear os logradouros com nomes de políticos e pessoas abastadas, de famílias tradicionais, está claramente ligada à detenção de poder, isto é, quem possui destaque na cidade é aquele que está de acordo com os padrões do poder político, econômico e religioso e isso é transposto culturalmente. Então, somando as homenagens a políticos com aquelas a membros da igreja, é notória a predominância de homenagens ao poder.

4 Escolhidos verbalmente pelos próprios moradores para representá-los junto ao Estado e à Nação, faziam o papel que faz hoje um prefeito. O primeiro Intendente de Santa Maria foi o Capitão José Augusto de Carvalho, indicado pela família Affonso, fundadora da cidade, haja vista a única função do cargo naquela época ser a cobrança de impostos.

5 Escolhidos entre os munícipes para o papel hoje exercido pelo vereador.

6 Mulheres individualmente destacadas e homenageadas com nomes de ruas, como as professoras Etelvina, Queridônia e Rosa Oliveira Magalhães; esta, além de uma rua, nomeia uma escola e uma biblioteca, locais fortemente vinculados à imagem da mulher "missionária".

Pelo que pudemos observar, à medida que a cidade foi crescendo, aqueles arquétipos toponímicos – descrição e homenagem –, foram expandindo sua área de denominação, atingindo os bairros próximos ao Centro e os emergentes, após eles, havendo o predomínio da homenagem sobre a descrição.

Nos bairros mais novos, predomina a toponímia planejada. Os casos de homenagem e descrição representam, na verdade, ruas que ligam esses setores emergentes ao Centro. Os critérios do planejamento são vários: nomes referentes a bairro, clubes ou estádio de futebol carioca (Copacabana, Leblon, Maracanã, Botafogo, Flamengo e Vasco da Gama); nomes de países sul-americanos (Argentina, Brasil, Colômbia, Paraguai, Uruguai); nomes de cidades próximas a Santa Maria (Barreiras, Brasília, Canápolis, Correntina, Cristópolis, Jaborandi, Santana e São Félix). Por vezes, ainda, surge uma toponímia provisória, baseada em letras ou números (respectivamente, grafematopônimos ou numerotopônimos). No Parque da Esperança, o processo de urbanização está causando insegurança e preocupação aos moradores, já que está em curso a troca dessa toponímia provisória, como no exemplo da rua VI, rebatizada como São Sebastião; a incerteza para os munícipes é fruto da indefinição dos nomes.

As duas pesquisas cujos resultados foram parcialmente expostos nesta comunicação conseguem demonstrar como, a partir de dados linguísticos, é possível lançar novos olhares sobre a história, não só da língua, como também de processos culturais e sociais mais amplos, ligados à vida dos utentes dessa língua.

Em pesquisas futuras ora em fase de planejamento, pretendemos analisar dados antropométricos de diferentes sincronias a partir de registros constantes de batistérios arquivados

Onomástica e possibilidades de releitura da história

na paróquia de Nossa Senhora das Vitórias, a mais antiga de Santa Maria da Vitória, criada em 08/06/1880. De 1890 até 2000, recolhemos para análise os nomes das crianças batizadas, de seus pais e padrinhos nos 50 primeiros batistérios dos anos cabeça de década. A análise linguística dos nomes (600) dos batizando poderá desvelar não só dados estruturais (formação e procedência dos nomes), como também a dinâmica dos processos de

denominação de pessoas ao longo do período, reveladores, por sua vez, de padrões culturais e de suas mudanças. Os nomes dos genitores e padrinhos servirão de *corpus* secundário e poderão revelar: a rede de relações sociais entre as famílias do município ao longo do tempo; a dinâmica de migrações para a cidade, o surgimento de novas famílias e sua integração à vida social etc.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Gleyce Ramos. *Microtoponímia de Santa Maria da Vitória: os logradouros públicos*. [Orientador: Prof. Dr. Ricardo Tupiniquim Ramos]. [Monografia de Conclusão do Curso de Letras]. Barreiras: UNEB/ Departamento de Ciências Humanas – Campus IX, 2010. 48 p.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. “Pelos caminhos da toponomástica”. In: IGHB. *Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia*: realizado na cidade do Salvador, Estado da Bahia, de 7 a 16/09/1916. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, v. 2, 1918. p. 164-78.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

_____. “Atlas toponímico: um estudo de caso”. *ACTA semiotica et linguistica*, 6:27-44. São Paulo: SBPL, 1996.

DONADA, Juan Tort. “Toponímia y território: los nombres de los núcleos de población de la comarca del Baix Camp, Tarragona, desde una perspectiva onomasiológica”, 200[?]. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/nova.htm>. Acesso: 27/05/2005.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudança*. [Orientador: Suzana Alice Marcelino Cardoso]. Salvador: ILUFBA/ PPGLL, 2008. [Tese de Doutorado], 3 vol.